

A QUESTÃO AGRÁRIA E O ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL: um estudo no assentamento Fazenda Oitis, no Ceará

THE AGRARIAN QUESTION AND THE SOCIAL CAPITAL INDEX: a study in the Fazenda Oitis settlement, in Ceará

Maria Rosa Dionísio Almeida

Mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC-MAER)
mariarosa_dionisio@hotmail.com

Arthur Pereira Sales

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC-MAER),
Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
artpsales@gmail.com

Otácio Pereira Gomes

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC-MAER),
Docente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA)
otaciopg@gmail.com

Isac Alves Correia

Mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-PPGDEM),
Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG)
isc.correia49@gmail.com

Resumo

Desde a época da divisão das terras na colonização do Brasil, a questão agrária é considerada como um tema polêmico principalmente em relação à concentração da terra, no qual até hoje não houve uma reforma política capaz de promover uma transformação efetiva em sua estrutura. Partindo desta discussão sobre os fundamentos da questão agrária e da criação dos assentamentos rurais, o presente artigo objetiva analisar o Índice de Capital Social (ICS) como fator de desenvolvimento comunitário do assentamento Fazenda Oitis, localizado no distrito de Umburanas, município de Mauriti, no estado do Ceará. A metodologia empregada fundamentou-se em dados provenientes de fontes de natureza primária e secundária. Dado que as comunidades com maiores ICS são mais propensas ao desenvolvimento e sendo este um fator importante na modernização e organização da comunidade, conclui-se que o assentamento Fazenda Oitis, possui um valor de $ICS = 0,9692$, que corresponde a um alto nível de capital social. Dentre as variáveis que mais contribuíram na formação do índice destacam-se a cooperação para o atendimento das reivindicações da comunidade, as sugestões apreciadas e aprovadas nas reuniões, e o trabalho em regime de cooperação.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento local. Reforma agrária. Assentamentos. Ceará.

Abstract

Since the time of the division of the lands in the colonization of Brazil, the agrarian question is considered as a polemic subject mainly in relation to the land concentration,

in which until today there has not been a political reform capable of promoting an effective transformation in its structure. Based on this discussion about the foundations of the agrarian question and the creation of rural settlements, this article aims to analyze the Social Capital Index (SCI) as a factor of community development of Fazenda Oitis settlement, located in the district of Umburanas, municipality of Mauriti, State of Ceará. The methodology used was based on data from primary and secondary sources. Given that communities with higher SCI are more prone to development and that this is an important factor in the modernization and organization of the community, it is concluded that the Fazenda Oitis settlement has a value of SCI = 0.9692, which corresponds to a high Level of social capital. Among the variables that contributed the most to the formation of the index are cooperation to meet community demands, suggestions appreciated and approved at meetings, and cooperative work.

Keywords: Social capital. Local development. Agrarian reform. Settlement. Ceará.

Introdução

O problema fundiário do país remonta a criação das capitâneas hereditárias e ao sistema de sesmarias, porém, foi somente em 1822, com a independência do Brasil, que este quadro se agravou. Neste período, a troca de donos das terras passou a ser manipulada sob a lei do mais forte, ou seja, os latifúndios seriam entregues aos proprietários que tivessem mais força física, armas e munições (INCRA, 2015), acentuando as desigualdades sociais.

No início do século XX, o Brasil começou a apresentar uma modesta industrialização, entretanto necessitava expandir o mercado de consumo interno para vender seus produtos. O setor industrial passou a produzir insumos para agricultura, de modo que os grandes proprietários procuraram modernizar a exploração agrícola e não mais destiná-la somente ao mercado externo. Com isso, a propriedade capitalista avançou e concentrou ainda mais as terras, trazendo benefícios para a economia nacional, porém produzindo uma forma de organização na qual a sobrevivência das famílias de pequenos produtores fosse marcada pela imposição das desigualdades e a pobreza em detrimento do crescimento do setor familiar (KAGEYAMA et al, 1990).

Com o aumento das desigualdades do campo, as lutas sociais começaram a ganhar espaço, e passam a reivindicar mudanças na tão desejada reforma agrária. Como parte inicial desta mudança, os movimentos e os trabalhadores rurais fazem surgir os assentamentos, como uma tentativa de promover melhorias na estrutura do domínio das

terras. Segundo Mendonça e Pinheiro (2008), os assentamentos desempenham um grande papel no espaço brasileiro por conta da principalmente da contribuição socioeconômica, sendo geradores de emprego no meio rural, além de promover o crescimento da renda e na qualidade de vida das famílias assentadas.

O acesso inadequado a terra é um dos fatores que contribuem para o aumento da pobreza no meio rural do Brasil, devido à concentração do capital e o bloqueio do desenvolvimento¹ social e econômico para as famílias. Os assentamentos rurais onde permeiam relações cooperativistas representam então, uma forma de organização dos domicílios rurais para encontrar estratégias de subsistência, uma conquista coletiva que gera condições propícias ao desenvolvimento local, principalmente por obter um capital social propício a buscar tais melhorias.

Nesse sentido, o capital social emerge uma forma de resistência dos domicílios rurais às desigualdades sociais em determinadas localidades. A organização desses domicílios por meio da cooperação, confiança e associativismo facilita o acesso a mercados de crédito, produção, renda e consumo; gerando condições adequadas para o engajamento das famílias rurais em atividades econômicas e no desenvolvimento local, além de possibilitar a permanência dessas famílias nas suas regiões de origem (SOUZA, 2006; CORREIA, 2018; CORREIA; OJIMA, 2018).

Diante do exposto, este estudo tem como principal função mensurar o grau de acumulação social como fator de desenvolvimento local no assentamento Fazenda Oitis, localizado no município de Mauriti, estado do Ceará. A relevância do estudo deve-se ao fato de que o mesmo propõe a construção de um indicador de capital social, construído através da interação e das ações coordenadas dos agentes, subsidiando informações para a análise e a criação de estratégias de desenvolvimento local em empreendimentos e assentamentos rurais. O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção é composta por a revisão da literatura sobre a questão agrária e a formação de capital social como estratégia de subsistência dos domicílios rurais. Na terceira são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados com a descrição, formulação dos dados e do índice que será utilizado. Na quarta seção apresentam-se os resultados e as discussões, seguida das conclusões, última seção da pesquisa.

O histórico da questão agrária e capital social como estratégia de sobrevivência dos domicílios rurais no Brasil

O marco inicial da questão agrária no Brasil tem suas raízes no processo de ocupação e dominação das terras pelos europeus em meados de 1530. Neste período, os portugueses adotaram de início o monopólio da propriedade de terra, contudo, visando implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias. A distribuição da terra sob a forma de capitâneas hereditárias em boa parte do país fez com que anos mais tarde surgissem vários movimentos de resistência pela posse da terra, inclusive os que deram origem aos assentamentos rurais (SOUZA, 2006).

Para entender o contexto histórico destes movimentos, no apagar das luzes da monarquia no Brasil, é significativo lembrar que, para a manutenção do modo capitalista de produção associado à resistência de trabalho livre, após o fim do regime escravocrata no país, a saída foi a criação da propriedade privada da terra (LAUREANO, 2007).

Em 1850 a Coroa foi pressionada pela corte inglesa para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, pois necessitava de mercado consumidor para os seus produtos. Como não havia meios de evitar a possível abolição e para impedir que futuramente os “ex-escravos” se apossassem das terras, promulgou-se nesse mesmo ano a Lei da Terra. Conforme Stedile (2005) entre as características desta lei estava a de que seria a primeira implantação da propriedade privada das terras no país, em que qualquer cidadão poderia se tornar proprietário com direito à comercialização, mas que deveria pagar determinado valor à Coroa.

Por trás de tais benefícios encontrava-se o fato de impedir que os “ex-cativos”, ao se tornarem libertos, pudessem se transformar em proprietários de terras, por não possuírem nenhum bem, logo não tinham como comprar as terras à Coroa, permanecendo a mercê de fazendeiros como trabalhadores assalariados. Portanto, a lei da propriedade da terra consolidou o modelo da grande propriedade rural vigente nos dias atuais.

Em 1888 pela promulgação da Lei Áurea tornam-se libertos milhões de escravos, porém, sem nenhuma perspectiva de melhorias das condições socioeconômicas em que se encontravam, já que foram impedidos de possuir terras para

cultivar pela Lei da Terra de 1850. Além disso, as melhores terras estavam ocupadas pelas fazendas dedicadas às exportações e o enraizamento das relações escravistas impedia a inserção dessa população no mercado de trabalho livre. Para recompor essa mão-de-obra, entretanto, a migração internacional para o Brasil foi incentivada especialmente a italiana (BALÁN, 1973; LAUREANO, 2007). Isso tornou, por outro lado, a inserção econômica desses indivíduos mais difícil e acentuou as desigualdades no país.

O ano de 1930 marca uma nova fase, predominou na economia brasileira um modelo agroexportador que se baseava no cultivo de único produto destinado ao mercado externo, o período foi marcado pela subordinação econômica e o dinamismo da agricultura à indústria, na qual a burguesia industrial nascente faz uma revolução e conquista o poder da oligarquia exportadora impondo um novo modelo econômico ao país (STEDILE, 2005).

No final da década de 1950, começam a aparecer no campo militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que começam a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária que existe no Brasil, pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país.

Durante os anos 1960 surgem as primeiras organizações camponesas, com caráter de classes e organizadas em nível nacional. Assim temos as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores sem-terra, além de outros organizados pela igreja católica, seja de caráter conservador ou progressista, entre eles os movimentos das Frentes Agrárias, e o Movimento de Educação de Base, organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Porém, o golpe militar de 1964 silenciaram as organizações dos trabalhadores e partidos políticos principalmente em torno dos programas de reforma agrária que retornaria quando o país retomasse a ideia de redemocratização, a ditadura sufocou a pressão política da organização sindical que se articulava sob o Estatuto do Trabalhador.

Com o fim do regime militar, durante a final da década de 1980 e a industrialização e modernização da agricultura brasileira, o debate da reforma agrária é retomado, principalmente a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, de

Tancredo Neves. A reforma agrária retorna à pauta na sociedade brasileira, nesse contexto, mediante uma proposta governamental (GIL; ENGELMAN, 2012).

A volta do Estado democrático possibilitou a oportunidade da retomada da luta pela terra pelos movimentos sociais nos mais variados setores da sociedade, igreja, sindicatos e partidos políticos e entidades populares, desta vez sem a opressão do regime militar. Contudo, ainda hoje, os planos da luta pela terra não ganham uma grande relevância, mediante a persistência de forças contrárias à reforma agrária no Brasil.

A identidade do trabalhador rural nos movimentos sociais teve seu ápice a partir das experiências de várias lutas nas regiões Sul e no estado de São Paulo no início dos anos 80. Um dos grupos que surgiu com o objetivo de lutar pela democratização da terra foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Criado em 1984 com a principal característica de ser um movimento aberto, se tornou o mais expressivo grupo em busca da reforma agrária no país.

O MST que é um movimento que representa a luta dos trabalhadores que foram privados da posse da terra, pessoas estas que descobriram na luta que a terra é de quem nela trabalha. Para o MST, o latifúndio representa toda forma de exclusão: política, social e econômica da maioria da população, por isso, lutam contra o monopólio da terra em mãos de poucos os latifundiários (LAUREANO, 2007).

Para os grupos sociais, a reforma agrária sempre foi uma necessidade e significa um potencial transformador da sociedade brasileira na geração de emprego e renda. Em 2003, durante o início do governo Lula, foi implantado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos com a participação dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica, no qual combina qualidade a ação integrada do governo com a participação social.

As metas do PNRA eram a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil, no qual pretendia chegar, ao final de 2006, com 400 mil novas famílias assentadas, 130 mil famílias teriam acesso à terra por meio do crédito fundiário, e outras 500 mil adquiriam estabilidade na terra com a regularização fundiária. Com isso, esse novo modelo de reforma exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, impulsionando

uma nova estrutura produtiva, fortalecendo a agricultura familiar, e as comunidades rurais tradicionais (RAMOS FILHO, 2008).

Mesmo diante de todos os movimentos em prol da reforma agrária no Brasil, o fortalecimento dos grandes proprietários resultante do processo de modernização da agricultura se tornou um obstáculo à resolução da questão agrária. A propriedade privada é de interesse dos grandes setores da economia e propor uma solução a este problema significa desafiar os interesses destes. Outro fator que apresenta um desafio é a falta de recursos financeiros para custear a implementação de políticas públicas.

Como forma de resistência a esse cenário de desigualdades na posse da terra, o estabelecimento de relações de produção, consumo e crédito sob a forma de capital social são difundidos nos assentamentos rurais. O capital social, que ganha espaço central em nossa discussão, foi definido nos estudos pioneiros de Bourdieu (1986) como um arranjo de relações de ajuda recíproca para o benefício de todos. A noção de capital social desse autor além de incluir o altruísmo entre os indivíduos envolvidos é um conceito que pode ser sintetizado em relações de poder em comunidades com graus de confiança e cooperativismo bem estabelecidos.

Outros autores não menos importantes que Bourdieu foram importantes para que esse conceito fosse melhor compreendido, especialmente no contexto dos assentamentos rurais como é o caso dos trabalhos de Putnam (2000) por meio de pesquisas empíricas para a Itália Contemporânea. Para Putnam (2000), no entanto, o capital social estava ligado dentre outros elementos ao sentimento cívico; o que não abrange o nosso entendimento de capital social. Durston (1999) e Evans (1996), por outro lado, destacam a importância de uma construção de capital social institucionalizado ao subsidiarem abordagens que discutem a presença do Estado nesse processo. Desse modo, esses autores embora tenham particularidades em relação aos conceitos de capital adotados, nos ajudam a identificar elementos nos assentamentos rurais que viabilizam a construção de um indicador que sintetize o capital social. A relevância desse trabalho é justamente instrumentalizar a construção de um indicador que sintetize um conceito abstrato e ainda sem consenso na literatura sobre os seus componentes, que é o capital social.

Programas de regularização fundiária no Brasil e no estado do Ceará

No Brasil, os Censos Agropecuários são as principais fontes de dados para a análise da evolução da estrutura agrária. Estes permitem calcular várias características básicas da distribuição da terra entre os estabelecimentos agropecuários, como as principais medidas de tendência central e medidas de desigualdade da distribuição, além de apresentar o índice de Gini (G) como a medida de desigualdade mais comum.

Entre os anos de 1970 a 1995-1996 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificou os estabelecimentos em quatro categorias de condição do produtor: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante. As características dos estabelecimentos agropecuários no Brasil podem ser analisadas na Tabela 1:

Tabela 1 - Características dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (hectares), 2006.

Condição legal	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Próprias	302.138.391	-	-	-	-
Concedidas por órgão sem titulação definitiva	207.724	5.743.218	3.415	664	2.103
Arrendadas	6.062.048	6.768	9.009.074	36.109	13.498
Em parceria	1.265.089	1.898	21.940	1.938.920	12.994
Ocupadas	842.060	6.456	20.620	10.142	6.336.958
Total	310.515.259	5.758.341	9.055.047	1.985.839	6.365.552

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário 2006.

Como ilustrado na Tabela 1, a distribuição da terra entre estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2006 é muito desigual, pois os assentados sem titulação definitiva e os parceiros correspondem apenas a 5.758.341 e 1.985.839 de hectares de terra ocupada. Como, muitas vezes o termo concentração é usado como sinônimo de desigualdade, é usual dizer que há grande disparidade de posse da terra no Brasil

Dados da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006, divulgados em 2012, mostram que a desigualdade entre os estabelecimentos é ainda maior quando se

considera o valor da produção do que quando se considera a sua área total. Para a distribuição da área o índice de Gini é igual a 0,858, e conforme o valor da produção o índice de Gení é 0,904 (SENRA, 2014).

Os dados sobre a estrutura agrária brasileira também podem ser obtidos do Cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual a unidade de pesquisa é sempre o estabelecimento agropecuário, mas é importante notar que a definição dessa unidade sofre alterações ao longo do tempo. (SENRA, 2014). De acordo com INCRA, em 2012, o número de imóveis rurais cadastrados eram 5.498.505 e a área total em hectares correspondia 605.387.746,06. Há atualmente no Brasil 968.887 famílias assentadas, 9.256 assentamentos formalizados e 88.314.875 hectares de área reformada.

Ainda, segundo o INCRA, sobre uma pesquisa da qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da Reforma Agrária realizada em 2010, em relação ao perfil dos assentados e o que pensam as famílias assentadas da reforma agrária de todo o país, foram diagnosticados os seguintes resultados: 53 dos assentados são homens e 47% mulheres, sendo que a população total de beneficiários da reforma ultrapassa 3,6 milhões de pessoas, e 79% das famílias informam acesso suficiente à água. Como a prioridade da pesquisa é a região Nordeste, o estudo indica que ainda existem 35% de famílias com acesso insuficiente, em que 76% das famílias possuem energia elétrica, 52% declararam acesso ao PRONAF, 64% estão adimplentes, e 62% delas também receberam créditos de apoio, fomento ou para aquisição de material de construção.

Há também o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil que atende as áreas rurais devolutas de domínio Estadual e consiste numa ação social de regularização fundiária. Este programa garante a segurança jurídica aos agricultores familiares e o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica. Para ser beneficiado, o limite das terras devolutas federais não deverá ultrapassar 100 hectares e as terras do Estado devem ter de 100 a 250 hectares, e o público alvo são trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra, e proprietários de minifúndios (MDA, 2015).

Um exemplo de localidade amparada por este programa é a Fazenda Cajueiro localizada na zona rural do Limoeiro do Norte, município da região da Vale Jaguaribe

cearense. Adquirida em novembro de 2009 através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais (AAPPR), e possuindo uma área de 132,189 hectares, a fazenda faz parte do financiamento no amparo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e sua renda é mantida com a produção de frutas e coco, sendo a produção de banana a principal atividade (SDA, 2015).

Em todo o estado do Ceará, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) juntamente ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) realizam um mecanismo de licitação de empresas para efetuarem o mapeamento das propriedades a serem regularizadas. Desde 2007, já entregaram 86.637 títulos de propriedade rural e 61 municípios (NOSSA TERRA CEARÁ, 2014). A tabela 2 ilustra alguns dados sobre os assentamentos e assentados no Ceará em 2015:

Tabela 2 - Dados sobre os assentamentos no Ceará, 2015

Nº de assentamentos	454
Nº de famílias assentadas	21.997
Área de nº de assentamentos	914.371,23
CADÚNICO- nº de famílias assentadas cadastradas	19.343
Bolsa família- nº de famílias beneficiadas	13.678
Renda CAD menor que 70-nº de famílias assentadas cadastradas	12.032

Fonte: Elaborado pelos autores com base no INCRA-CE (2015).

Conforme Tabela 2, o Ceará conta 454 assentamentos com uma área média de 914.371,23 hectares. O número de famílias assentadas perfaz 21.997, nos quais também são beneficiadas pelos programas sociais de transferências de renda como a bolsa família e o CADÚNICO. Desta forma, a regularização da posse da terra a pequenos posseiros representa um passo decisivo na construção da cidadania, concretizando um direito garantido pela legislação (IDACE, 2015).

A construção do capital social

A concentração de terra produz uma forma de organização na qual a sobrevivência é marcada pela imposição das desigualdades e a pobreza, no qual poderiam dificultar a produção em larga escala. Desta forma, a reforma agrária surge

como alternativa de trabalho, morada e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva (TOMIASI; FABRINI, 2008).

Um dos pontos importantes da reforma agrária é que nela existe a possibilidade da isenção dos indivíduos e famílias por meio dos projetos de assentamentos, inclusive com relações de cooperação e do estabelecimento de capital social. Conforme Woolcock (2001), o termo capital social surgiu com Hanifan em 1916 significando os aspectos tangíveis que existam na maioria das vidas cotidianas das pessoas, como a boa vontade, companheirismo, simpatia e relações sociais entre os indivíduos num grupo e nas famílias.

Trata-se de um fenômeno coletivo que se baseia no relacionamento dos indivíduos, como resultado das relações de reciprocidade, confiança, solidariedade e colaboração. Pode ser usado para favorecer o crescimento, tanto dos indivíduos envolvidos como da sociedade em geral, pois ela faz existir as trocas, levando assim a um relacionamento mais forte entre ambos além de possibilitar o desenvolvimento local (MORAIS; MULLER, 2012).

O capital social como fator intangível é constituído como acúmulo de compromissos sociais construídos pela interação sociais em determinadas localidades. Este esteve por trás de desenvolvimento de muitas regiões, assim como sua ausência se traduz em certos fracassos. O planejamento e organização da sociedade através da cooperação, confiança, associativismo, facilita ações coordenadas gerando condições adequadas para o desenvolvimento local.

Na região Nordeste, onde o capital físico é muito concentrado, o capital social pode ser considerado como um fator essencial para o crescimento econômico das associações cooperativas (MOREIRA et al., 2008). Na medida em que o capital social for elevado, ele permitirá cada vez mais o aumento do círculo de relações sócias em que vivem aqueles que participam de sua construção. E com isso, o desenvolvimento supõe o aumento das oportunidades de escolha dos indivíduos, ampliando as possibilidades de geração de renda (MENDONÇA; PINHEIRO, 2008).

O capital social é algo que deve ser bem gerido para se usufruir de seus benefícios. Portanto, na medida em que os proprietários dos assentamentos rurais cumprem com sua função na busca de terras, há a necessidade que os agentes que fazem parte dele desenvolvam relações de associativismo mútuo entre ambos, para que possam conseguir, de forma mais rápida, recursos que beneficiem a todos.

Área de estudo, fonte dos dados e período analisado

O assentamento da fazenda Sítio Oitis está localizado no distrito de Umburanas, no município de Mauriti-Ce. O município em questão está localizado ao sul do estado do Ceará, e tem uma população de 44.240 habitantes (IBGE, 2010). Apresenta ainda um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,605, o que o faz ocupar a posição 119 no ranking estadual (IPECE, 2014).

O assentamento foi implementado em 26 de maio de 2006, compreendendo uma área de 293,7 hectares, e formado por intermédio de uma associação comunitária com cerca de 25 famílias. Apesar de contar com uma pequena rede hidrográfica formada por poço tubular de uso comunitário, possui uma infraestrutura ainda deficiente, o que dificulta o acesso até a localidade.

O trabalho de pesquisa foi implementado com base em dados primários provenientes da realização de entrevistas junto aos assentados que ainda permanecem no assentamento da fazenda Sítio Oitis, totalizando 10 entrevistados. As entrevistas foram realizadas no mês de Janeiro de 2015. Por sua vez, os dados secundários foram oriundos de natureza bibliográfica a respeito do tema proposto por meio dos seguintes instrumentos: livros, artigos e periódicos que informaram os aspectos do tema na atualidade, além da pesquisa documental.

Operacionalização do Índice de capital social – ICS

O capital social neste estudo foi elaborado a partir dos indicadores que expressam as relações interpessoais entre os membros do assentamento fazenda sítio Oitis e sua participação em associações de caráter participativo, cooperativo e consequentemente canalizador de recursos destinados à promoção do desenvolvimento

dos assentados e de suas famílias. A acumulação do capital social intangível dos assentados selecionados será avaliada através do Índice de Capital Social – ICS.

Na composição deste índice considerou-se o indicador relativo à participação social utilizado por Barreto e Khan (2006), atribuindo valores de zero e um (0 e 1), com o objetivo de avaliar o engajamento do assentado e de suas famílias com a associação.

Assim matematicamente, pode-se definir o ICS como:

$$ICS = \frac{1}{n} \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max_i}} \right]$$

A contribuição de cada variável no ICS da comunidade foi obtida da seguinte maneira:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n E_{\max,i}}$$

Em que:

ICS = Índice de capital social;

E_{ij} = escore da i -ésima variável obtida pela j -ésimo associado;

$E_{\max, i}$ = escore máximo da i -ésima variável;

C_i = contribuição da variável “ i ” no índice de Capital Social;

$i = 1, \dots, n$, número de variáveis;

$j = 1, \dots, m$, número de assentados;

n = número de assentados;

m = número de variáveis.

Para o valor do Índice de Capital Social (ICS), quanto mais próximo de 1 maior o nível de acumulação de capital social nas comunidades. Conforme Khan e Silva (2002); Barreto e Khan (2006), para verificar o nível de acumulação do capital social optou-se por estabelecer o seguinte critério:

- | | |
|--|----------------------|
| a) Baixo nível de acumulação de capital social | $0 < ICS \leq 0,5$ |
| b) Médio nível de acumulação de capital social | $0,5 < ICS \leq 0,8$ |
| c) Alto nível de acumulação de capital social | $0,8 < ICS \leq 1$ |

Resultados

O índice de capital social mensurado para o assentamento fazenda sítio Oitis foi de 0,969, o que corresponde a um alto nível de capital social conforme a escala utilizada para

classificar o nível de acumulação, sendo que as variáveis mais significativas na formação do índice foram a participação ativa nas reuniões, e as sugestões apreciadas e aprovadas.

As participações absoluta e relativa dos indicadores que compõem o ICS dos assentados da Fazenda Oitis são indicadas na Tabela 3:

Tabela 3: Participação absoluta e relativa dos indicadores de capital social para o ICS

INDICADOR	V.A	V.R (%)
Participa ativamente das reuniões da associação	0,092	9,52
Apresentam sugestões nas reuniões	0,076	7,93
As sugestões são apreciadas e aprovadas	0,092	9,52
As decisões tomadas nas reuniões são executadas pela diretoria	0,092	9,52
Grau de interação entre os membros da comunidade	0,061	6,34
Grau de confiança nos membros da comunidade	0,061	6,34
Confiança no governo municipal	0,076	7,93
Confiança no governo estadual	0,076	7,93
Sua renda melhorou após sua integração no assentamento	0,046	4,76
O trabalho em regime de cooperação é bom para comunidade	0,092	9,52
Relevância da cooperação para atendimento das reivindicações	0,169	17,46
Utilização de produtos químicos	0,030	3,174
Índice de Capital Social (ICS)	0,969	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme visto na Tabela 3, a execução das decisões tomadas nas reuniões, como as postas em prática pela diretoria, teve uma considerável participação relativa na composição no índice (9,52%). Contudo, a variável mais relevante foi a cooperação para o atendimento das reivindicações constituindo um percentual de 17,46 na composição do capital social. As variáveis utilizações de produtos químicos e a melhoria na renda após a integração no assentamento apresentaram respectivamente 3,17% e 4,76%, constituindo-se valores muito baixos na composição do ICS.

Verificou-se também que, tanto o grau de interação entre os membros da comunidade quanto a confiança nos mesmos corresponderam a um percentual relativo de 6,34%. O resultado mostra que a confiança dos assentados no governo municipal e no governo estadual apresentou uma contribuição para com a formação do ICS (7,93%).

Considerações finais

O estabelecimento de capital social permite a mobilização de processos capazes de revelar os potenciais recursos para os indivíduos famílias de uma determinada localidade. Para que seja possível avançar na capacidade de inovar e distribuir riquezas, faz-se necessário captar suas características e os elementos mais importantes para alcançar o desenvolvimento socioeconômico. Estudos desta natureza possibilitam o planejamento e direcionamento de políticas públicas compatíveis com as necessidades locais, para isso, basta identificar indicadores e seu relativo peso na composição do índice de capital social e tentar melhorar os de menor participação relativa.

Conclui-se com o presente trabalho que o índice de capital social no assentamento da fazenda Oitis é elevado, entretanto ele não repercute na melhoria da qualidade de vida dos assentados, pois necessita superar outros inibidores que não foram computados para formação deste índice como: falta de assistência técnica, crédito rural, melhoria da infraestrutura, entre outras. Ficando esta análise como sugestão para trabalhos posteriores.

Dessa forma, a união dos indivíduos na comunidade do assentamento da fazenda Oitis é importante para que os mesmos prosperem economicamente e para que se alcance o desenvolvimento local. Para que isso seja permeado, é necessário avançar na capacidade de inovar na preparação e obtenção de recursos, proporcionando a ampliação da competitividade territorial e desenvolvendo sua capacidade de produzir e de distribuir riquezas.

Agradecimentos: Os autores agradecem o suporte financeiro à pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 447688/2014-6 e 306567/2016-4; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Nota

¹ Partimos do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen (2000) o qual é dissociado da ideia de crescimento econômico. Para Sen (2000) o desenvolvimento está relacionado à capacidade e liberdade que os indivíduos possuem. Nesse sentido, entendemos como importante destacar o conceito de desenvolvimento que adotamos nesse trabalho para introduzir o nosso debate sobre capital social.

Referências

BALÁN, J. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, n. 5, 1973. p. 5-79.

BARRETO, R. S. C.; KHAN; A. S. Capital social e qualidade de vida dos assentamentos do município de Caucaia-Ce. In: Sociedade Brasileira de Economia e Administração e Sociologia Rural, 2006. **Anais...** Fortaleza/CE: SOBER, 2006.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. 1986, p. 241-260.

CORREIA, I. A.; OJIMA, R. Composição demográfica domiciliar e (i) mobilidade no Seridó Potiguar: vulnerabilidade à seca e estratégias domiciliares no sertão nordestino. **Territórios e Fronteiras**, v. 11, p. 199-223, 2018.

CORREIA, I. **Vulnerabilidade e adaptação no Seridó Potiguar: a (i) mobilidade e estratégias domiciliares**. Dissertação (Mestrado em Demografia). 78f. Departamento de Demografia e Ciências Atuariais – DDCA/UFRN. Natal/RN: UFRN, 2018.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitário. **Revista de la CEPAL**, n. 69, Dic. 1999. p. 103-118.

EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development : Reviewing the Evidence on Synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

GIL, A. D.; ENGELMAN, S. I. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n 02, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IDACE - Instituto de Desenvolvimento agrário do Ceará: **notícias, 2015** Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 18 março de 2017.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos, 2015**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agraria, 2010**. Disponível em: <<http://www.pgra.incra.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

IPECE – Instituto de Pesquisa Econômico do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2014**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

KAGEYAMA, A. et al.(Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. **Agricultura e políticas públicas** (p.113 – 223). Brasília: Ipea, 1990.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará:** Estudo de Caso. UFC/CCA/DEA, Fortaleza, Ceará, 2002.

LAUREANO, D. dos S. **O MST e a constituição:** um sujeito histórico na luta pela reforma agraria no Brasil. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Regularização Fundiário, 2015.** Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-regfun/sobre-o-programa>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agraria:** Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2003. 40.p.

MENDONÇA; V. K.; PINHEIRO, J. C. Capital social como fator de desenvolvimento local. In: Sociedade Brasileira de Economia e Administração e Sociologia Rural, 2008. **Anais.** Rio Branco, Acre: SOBER, 46ª ed., 2008.

MORAIS, J. A.; MULLER, M. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. In: IV Congresso Uruguaio de Ciência Política. **Anais...** Uruguai, 2012. 21p.

MOREIRA, J. C. P.et al. Capital social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** Rio Branco: UFSCAR, 2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2. ed.. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006).** Tese (Doutorado em Geografia). 428f. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente/SP: UNESP , 2008

REVISTA NOSSA TERRA CEARÁ. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, nº4, dez. 2014. P. 58.

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Notícias, 2015.** Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENRA, N. de C. **O Censo entra em Campo**. O IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. 577 p. Disponível em: <<http://ftp.ibge.gov.br/Censos>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SOUZA, V. F. **Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). 213f. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas/SP: Unicamp, 2006.

TOMIASI, E.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

WOOLCOCK, M. The place of social capital in Understanding Social and Economic Outcomes, In: **Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development**. Princeton NJ: Princeton University Press, 2001.

Recebido em 31/07/2017. Aceito para publicação em 02/05/2018.
--